



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 280, DE 2024

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil na prestação de serviços advocatícios.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil na prestação de serviços advocatícios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 25 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 25.** .....

Parágrafo único. Prescreve em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil do mandante em relação ao mandatário, na relação contratual de prestação de serviços advocatícios.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa à pacificação de uma antiga controvérsia jurídica no âmbito do Direito Civil, que acaba gerando uma persistente e perniciosa insegurança jurídica aos atores envolvidos: a prescrição da pretensão de reparação civil do mandante em relação ao mandatário, na prestação de serviços advocatícios. Em termos mais usuais e menos jurídicos: até quando o *cliente* poderia *processar* o seu *advogado* em razão de uma pretensão de reparação civil, por algum dano que este causou àquele?





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Com efeito, ainda hoje, passados mais de vinte anos da vigência do Código Civil e quase trinta anos da vigência do Estatuto da Advocacia, não se tem segurança para afirmar, peremptoriamente, se o prazo prescricional incidente é o de dez anos, nos termos da cláusula residual do art. 205 do Código Civil (CC/02), ou o de três anos, nos termos do inciso V do § 3º do art. 206 do Código Civil.

Muito embora o Superior Tribunal de Justiça tenha um aparente entendimento majoritário no sentido de se tratar de hipótese de incidência do prazo prescricional decenal, residual é aplicável às conjunturas de responsabilidade contratual, é certo que a jurisprudência brasileira ainda é bastante oscilante sobre o tema, ora aplicando o critério residual, ora aplicando a cláusula geral de prescrição para reparação civil.

Dessa forma, imagina-se que a aprovação deste Projeto teria o condão de, colocando a regulação do tema de modo específico e expresso na legislação positivada, resolver definitivamente a discussão, dando segurança jurídica para os profissionais advogados e também para os seus clientes, os quais saberão, com clareza legal, o prazo prescricional incidente na hipótese.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 133, ressalta a importância primordial da figura do advogado na administração da justiça. Este profissional é considerado inviolável em seus atos e manifestações no exercício da profissão, desde que esteja dentro dos limites da lei. De forma análoga, é incumbência do advogado empregar sua diligência habitual na execução do mandato, assumindo a responsabilidade por eventuais prejuízos causados por sua culpa ou daquele a quem substabelecer.

Assim, a atuação do advogado é regida por princípios fundamentais, exigindo fidelidade, prudência, diligência, independência, honestidade, lealdade, dignidade e, acima de tudo, boa-fé. Contudo, no contexto atual, observa-se uma crescente irresponsabilidade decorrente da ação ou omissão dos juriconsultos, desrespeitando continuamente os deveres determinados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Este cenário ressalta a necessidade de reforçar a ética e a responsabilidade no exercício da advocacia,





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

garantindo a integridade do sistema jurídico e a confiança da sociedade na justiça.

Por tais razões, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta matéria, na certeza de que o tema é justo e meritório, podendo representar um incremento avanço na nossa incessante jornada de busca pela segurança jurídica no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994 - Estatuto da OAB; Estatuto da Advocacia; Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (1994) - 8906/94  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1994;8906>
  - art25